



Rastro incalculável de destruição

Devastação promovida pelos terroristas na infraestrutura do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF ainda não foi totalmente avaliada. Estimativa inicial apenas para o Senado é de que reformas fiquem por volta de R\$ 4 milhões

» INGRID SOARES
» RAPHAEL FELICE
» ISABEL DOURADO*
» MARIANA ALBUQUERQUE*

Ao chegarem para trabalhar, ontem, horas depois que uma horda de terroristas bolsonaristas passou pelo Palácio do Planalto, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso, os funcionários se depararam com um cenário de desolação. Deram-se com o cenário que, até então, tinham visto apenas pela tevê e redes sociais, mas não *in loco*. Além de verem um patrimônio artístico e de bens vandalizados ou roubados, entrincheiraram-se com a infraestrutura da sedes dos Três Poderes destruída, com precárias condições de funcionamento.

As perícias que se realizaram, além de coletar provas contra os criminosos para a devida responsabilização, também serviram para calcular a extensão dos danos aos prédios. Os técnicos não apenas evitaram arriscar cálculos das restaurações, como se furtaram de dar um prazo para que os prédios estejam em plenas condições de uso por aqueles que neles trabalham.

No Palácio do Planalto, os peritos encontraram vestígios de sangue no térreo, próximo às salas e porta do comitê de imprensa. A maioria das vidraças foi quebrada, que arrebentaram até mesmo o chão original de granito — pedaços foram usados como arma de destruição do patrimônio pelos bolsonaristas. Máquinas de raio-x e catracas eletrônicas foram danificadas. Uma grande mesa de madeira que ficava no segundo andar foi usada como escudo pelos terroristas.

No Congresso, o cenário não era melhor. Quadros, obras de arte, esculturas, além de aparelhos como detector de metal, mesas e máquina de raio-x foram destruídos. No Salão Azul, do Senado, o carpete estava encharcado. Em alguns pontos, sentia-se cheiro de urina em meio aos estilhaços. Montes de garrafas d'água vazias e embalagens de lanches que pareciam fazer parte de kits, indicam que houve organização para o ataque terrorista.

Do lado de fora, fios de

refletores externos da marquise do Congresso estavam cortados e queimados, o que, segundo a segurança do Legislativo, indicaria que os criminosos estavam tentando causar explosões. A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, avaliou o reparo da infraestrutura da Casa entre R\$ 3 milhões e R\$ 4 milhões.

“Vamos ter que fazer a troca desse tapete, algo que além de ter valor físico, mexe com a logística, pois toda vez que se troca o carpete tem cheiro da cola. E estamos perto da posse dos novos senadores, em 1º de fevereiro. Tivemos muitos vidros quebrados e temos que trocá-los com muita rapidez”, disse Ilana.

A Câmara divulgou levantamento sobre obras de arte e patrimônio depredados, mas não deu estimativa de valor. A grande depredação se deu no Plenário.

Ódio

Das sedes dos Três Poderes, o ódio maior dos bolsonaristas parece ter sido contra o prédio do STF. O Salão Nobre amanheceu totalmente destruído, com cadeiras viradas, documentos espalhados e totalmente às escuras — a energia foi cortada para evitar um curto-circuito que danificasse ainda mais a parte elétrica do prédio e houvesse o risco de incêndio.

Os terroristas não pouparam nem mesmo a dispensa de alimento do STF — que foi saqueada. Os danos incluem o chamado Hall dos Bustos, onde havia esculturas de grandes vultos da República, como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. O brasão da República que orna o Plenário da Corte foi arrancado e uma réplica da edição original da Constituição, roubada.

Entre itens de valor histórico danificados está um tapete que, segundo informações do Supremo, pertenceu à Princesa Isabel, filha do imperador D. Pedro II e responsável por assinar a Lei Áurea, que acabou com a escravidão no país. Já a porta com o nome do ministro Alexandre de Moraes que os terroristas arrancaram, e cujas imagens compartilharam nas redes sociais, não é a do gabinete do magistrado — percentagem ao armário que guarda as togas que ele usa nos julgamentos.

Cart de Souza/AFP



No Palácio do Planalto, pedaço do que parece ser uma porta com o brasão da República jazia junto às vidraças destruídas pelos bolsonaristas

STF/Secom



No STF, mesa histórica de reuniões foi arrebentada pelos terroristas

O gabinete dos integrantes do Supremo fica no prédio anexo, poupado pelos criminosos. A administração do STF não

tinha feito um cálculo dos prejuízos causados na invasão. Por meio de nota, a presidente do STF, Rosa Weber, lastimou que

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Criminosos estilhaçaram a porta de vidro da Presidência do Senado

o edifício-sede do Supremo “patrimônio histórico dos brasileiros e da humanidade, foi severamente destruído por criminosos,

vândalos e antidemocratas”.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ibaneis e Torres podem ter de pagar danos

» ROSANA HESSEL

O governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), pode ter de pagar pelos danos ao patrimônio da União, depredados pelos terroristas bolsonaristas que invadiram as sedes dos Três Poderes, no domingo. O Tribunal de Contas da União (TCU) avalia a possibilidade de realizar a cobrança, que se estende ao ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, devido ao GDF não ter mobilizado contingente suficiente para evitar que os criminosos chegassem à Esplanada dos Ministérios.

O TCU está colaborando na identificação dos responsáveis pelos prejuízos causados nos edifícios dos poderes da União — tanto no que se refere aos danos na infra-estrutura, quando nos bens históricos e obras de arte que compunham o acervo do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, vandalizados ou roubados. Ibaneis e Torres deverão ressarcir o poder público com seus bens pessoais, “assim como os demais golpistas que forem identificados” — salientou uma fonte do TCU.

Em ofício interno ao qual o **Correio** teve acesso, o subprocurador-geral do TCU Lucas Rocha Furtado, que integra o Ministério Público Federal, destacou que o Tribunal “possui competência para questões relacionadas às responsabilidades civil e administrativa”. “Não obstante, poderá atuar com órgãos que atuem em matéria de responsabilidade penal em eventual força tarefa que venha ser constituída”, salientou. O pedido do MPF foi enviado ao presidente do TCU, ministro Bruno Dantas. O requerimento seguiu para análise da área técnica da Corte.

Pesa contra Ibaneis e Torres — que tirava férias com a família nos Estados Unidos no momento dos ataques criminosos — a suspeita de terem subdimensionado a ameaça dos terroristas que invadiram e destruíram os prédios que compõem o conjunto arquitetônico da Praça dos Três Poderes. Horas antes de a depredação ter início, o secretário interino da SSP-DF, Fernando de Souza Oliveira, confirmou, em mensagem de áudio enviada ao governador afastado, que a Polícia Militar estava escutando o grupo de bolsonaristas que descia para

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília



Torres e Ibaneis estão na mira do TCU por subdimensionarem dispositivo de segurança para conter os terroristas

a Esplanada e que estava “tudo tranquilo”. A resposta de Ibaneis foi “Maravilha”.

Tanto o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, quanto o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital

do Rêgo (MDB-PB), confirmaram, em entrevistas concedidas separadamente, que o esquema de segurança contra os bolsonaristas foi mudado na última hora. A falha na contenção dos golpistas levou o presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (PT) a assinar o decreto de intervenção federal na segurança do DF.

O esforço para identificar os responsáveis pelos atos de terrorismo é concentrado. Os vídeos das câmeras de segurança do

Palácio do Planalto, por exemplo, estão sendo analisados sob sigilo. Há a desconfiança de que houve orientação de integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), uma vez que armas foram roubadas e os criminosos “sabiam muito bem onde procurá-las”, salientou uma fonte.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou, ontem, por meio da assessoria, que segue acompanhando as informações sobre os danos causados nos prédios públicos que se encontram sob gestão do Executivo. A pasta disse que trabalha em parceria com órgãos dos demais poderes para identificar os danos e auxiliar na devida responsabilização dos autores dos atos criminosos.

“A análise preliminar de dados indica que patrimônio danificado se restringe às edificações que não estão sob responsabilidade direta do ministério. Entretanto, a pasta vai cooperar, em caráter técnico e operacional, no limite de suas competências, para uma pronta reparação dos danos, bem como responsabilização dos agentes públicos envolvidos”, afirmou fonte do ministério. (Com IS)